

Coremas I Geração de Energia SPE S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de
Dezembro de 2022.



KPMG Assurance Services Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Parte, Chácara Santo Antônio,
CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Diretores da
Coremas I Geração de Energia SPE S.A
Coremas – PB.**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Coremas I Geração de Energia SPE S.A (Companhia) , que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Coremas I Geração de Energia SPE S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil .

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de abril de 2023.

KPMG Assurance Services Ltda.
CRC 2SP-023228/O-4



William Morton Ricardo
Contador CRC 1SP239058/O-1

Coremas I Geração de Energia SPE S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

Ativo

	Nota explicativa	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	3.825.092	3.103.209
Contas a receber de clientes	7	1.583.163	1.594.221
Outras contas a receber	8	1.698.846	565.074
Impostos e contribuições a recuperar		129.478	48.230
		7.236.579	5.310.734
Não circulante			
Contas a receber	7	-	1.034.978
Outras contas a receber	8	-	300.000
Imobilizado			
Intangível	10	798.611	831.944
		109.038.397	115.228.748
Total do ativo		116.274.976	120.539.482

Passivo e patrimônio líquido

	Nota explicativa	2022	2021
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	3.959.740	3.183.703
Fornecedores	12	330.008	1.805.571
Obrigações tributárias	13	1.074.901	78.675
Imposto de renda e contribuição social		199.530	171.882
Outras contas a pagar	14	145.121	721.117
		5.709.300	5.960.948
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	59.511.758	62.016.210
Outras contas a pagar	14	-	352.820
		59.511.758	62.369.030
Patrimônio líquido			
Capital social	15	70.153.464	67.267.889
Prejuízos acumulados		(19.099.546)	(15.058.385)
		51.053.918	52.209.504
Total do passivo e patrimônio líquido		116.274.976	120.539.482

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Coremas I Geração de Energia SPE S.A.

Demonstrações do resultado

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	Nota explicativa	2022	2021
Receita operacional líquida	16	18.558.766	17.147.553
Custos da operação	17	(8.489.807)	(7.168.794)
Lucro bruto		10.068.959	9.978.759
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas e gerais	17	(2.995.478)	(1.975.252)
Outras receitas operacionais	17	2.780	4.565
		(2.992.698)	(1.970.687)
Resultado operacional		7.076.261	8.008.072
Receitas financeiras	18	575.956	233.408
Despesas financeiras	18	(10.928.281)	(12.280.574)
Resultado financeiro		(10.352.325)	(12.047.166)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(3.276.064)	(4.039.094)
Imposto de renda e contribuição social	19	(765.097)	(604.522)
Prejuízo líquido do exercício		(4.041.161)	(4.643.616)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Coremas I Geração de Energia SPE S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Prejuízo líquido do exercício	<u>(4.041.161)</u>	<u>(4.643.616)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u><u>(4.041.161)</u></u>	<u><u>(4.643.616)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Coremas I Geração de Energia SPE S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	66.767.889	(10.414.769)	56.353.120
Aumento de capital	500.000	-	500.000
Prejuízo líquido do exercício	-	(4.643.616)	(4.643.616)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	67.267.889	(15.058.385)	52.209.504
Aumento de capital	2.885.575	-	2.885.575
Prejuízo líquido do exercício	-	(4.041.161)	(4.041.161)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	70.153.464	(19.099.546)	51.053.918

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Coremas I Geração de Energia SPE S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	Nota explicativa	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo líquido do exercício		(4.041.161)	(4.643.616)
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais:			
Depreciação / Amortização	9/10	5.251.616	4.941.675
Amortização do custo de transação dos empréstimos	11	2.867.045	620.380
Juros sobre empréstimos	11	6.955.739	10.341.922
Provisão de ressarcimento CCEE		106.453	687.361
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa		982.158	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	765.097	604.522
Aumento líquido/(redução) das contas de ativos e passivos operacionais			
Tributos a recuperar		(81.248)	17.489
Outras contas a receber		(1.530.015)	489.450
Contas a receber de clientes		11.058	660.133
Fornecedores		636.174	576.064
Outras contas a pagar		(282.554)	33.756
Obrigações tributárias		996.226	(24.699)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		12.636.588	14.304.436
Juros pagos	11	(7.698.069)	(10.330.396)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(737.449)	(607.384)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		4.201.070	3.366.656
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado		(2.111.737)	(2.536.624)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		(2.111.737)	(2.536.624)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Amortização do principal	11	(3.384.015)	(3.550.278)
Custo da transação do empréstimo	11	-	(3.039.589)
Aplicação financeira restrita	11	(469.115)	(142.010)
Pagamento de empréstimo de partes relacionadas		(399.895)	(447.434)
Aumento de capital	15	2.885.575	500.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		(1.367.450)	(6.679.310)
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		721.883	(5.849.279)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		3.103.209	8.952.488
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		3.825.092	3.103.209
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		721.883	(5.849.279)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

Coremas I Geração de Energia SPE S.A. (“Companhia”) é sociedade anônima constituída em 10 de agosto de 2011 estabelecida no Sítio Escurinho município de Coremas, no estado da Paraíba. Seu objetivo principal consiste na construção, manutenção e operação de usina solar fotovoltaica para venda de energia.

A Companhia possui 1 (uma) central geradora de energia solar com 16 (dezesesseis) unidades geradoras (inversores) de 1,6875 MW de potência nominal totalizando 27 MW de capacidade instalada.

1.1 Autorização para produção de energia elétrica

A Companhia possui autorização outorgada para produção independente de energia elétrica, conforme demonstrado a seguir:

Central Geradora	Portaria MME	Publicação da Portaria	Prazo Autorização	Capacidade de energia instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)
UFV Coremas I	220/2015	15/05/2015	35 anos	27	6,9

1.2 Contrato de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia manteve contrato de compra e venda de energia de longo prazo, conforme demonstrado a seguir:

Central Geradora	Tipo Contratação	Compradora	Contrato Ano	Preço contratado por MW (a)	Prazo	Índice de Reajuste	Mês de Reajuste
SOL Coremas I	6º Leilão de Energia de Reserva (LER)	CCEE	2014	R\$ 219,78	Out/2017 a Set/2037	IPCA	Outubro

- (a) O preço por MW é atualizado, anualmente, pelo IPCA e em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 349,32 (2021: 325,95)

2 Base de apresentação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 19 de abril de 2023.

b. Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico amortizado, com exceção dos ativos financeiros não derivativos que são mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outra forma.

3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir:

a. Vida útil dos ativos

A vida útil dos ativos é estimada com base na análise técnica das reais condições de uso e necessidade de manutenção do ativo bem como a análise do período pelo qual o ativo pretende ser utilizado nas operações da Companhia, conforme período de autorização indicado no item 1.1. Os ativos são submetidos à análise sobre a necessidade de testes de recuperabilidade (*impairment*) a cada exercício financeiro, para determinar se há algum indicativo de que os ativos sofreram alguma perda por redução do valor recuperável,, conforme nota 4 (d)(ii).

b. Provisão para perdas em processos judiciais

As provisões para perdas em processos judiciais são constituídas, no passivo, com base na expectativa de perda provável definida pelos assessores jurídicos da Administração. Estas provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

c. Provisão de ressarcimento

A Companhia reconhece a provisão de ressarcimento em virtude de desvios negativos de geração de energia considerando-se as faixas de tolerância. O acompanhamento da energia gerada e contratada é realizado mensalmente, e a contabilização da provisão de ressarcimento ocorre, durante o ciclo contratual, quando a Companhia considera provável incorrer em passivos de ressarcimento por desvios negativos de geração de energia.

d. Reconhecimento de receita anual variável

A Companhia reconhece a receita quando da apuração dos desvios positivos de geração de energia considerando-se as faixas de tolerância. O acompanhamento da energia gerada e contratada é realizado mensalmente, e a contabilização da receita variável ocorre ao final do ciclo contratual quando há a apuração do saldo acumulado da conta de energia e a Companhia passa a ter o direito à contraprestação de receita sobre os desvios positivos de geração energia.

4 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, com exceção dos novos pronunciamentos e interpretações contábeis descritas na nota explicativa nº5.

a. Instrumentos financeiros

(i) *Ativo Financeiro*

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A classificação de um instrumento financeiro no momento inicial é como segue:

- **Ativos financeiros ao custo amortizado:** São mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável (perdas por impairment). As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Se o instrumento financeiro for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado após seu reconhecimento inicial, ou não tiver sido anteriormente reconhecido, a diferença no momento da designação entre o valor contábil, se houver, e o valor justo é imediatamente reconhecida no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais (pagamento de principal e de juros). Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um

determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de financiamento (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros, isso inclui a avaliação sobre se o ativo Financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxo de caixa de ativos específicos (por exemplos, baseados na performance de um ativo).

(ii) *Passivos financeiros*

Passivo financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- **Mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** São os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes. A Companhia possui passivos financeiros classificados nessa categoria.
- **Mensurados subsequentemente ao custo amortizado:** São os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa nº 23.

(iii) *Instrumentos financeiros derivativos*

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não celebrou contrato de instrumentos financeiros derivativos.

b. Imobilizado

(i) Reconhecimento e Mensuração

O ativo imobilizado é inicialmente mensurado pelo seu custo histórico de aquisição. Os componentes do custo contemplam (a) as aquisições; (b) os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e em condição de funcionamento e (c) custos de empréstimos atribuíveis diretamente à construção do ativo imobilizado.

(ii) Custos subsequentes

Os custos de manutenção periódica dos ativos são reconhecidos no resultado quando de sua competência. Custos subsequentes apenas são capitalizados quando, e na medida que, prováveis benefícios econômicos associados ao item fluam para a Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada separadamente para cada item do ativo com custo significativo (em relação ao custo total). O cálculo é efetuado com base na vida útil, limitada ao período de autorização, e valores residuais estimados, utilizando o método linear, considerando o menor período a entre a vida útil e o prazo de autorização (nota 1.1).

A depreciação do período é reconhecida no resultado e os métodos de cálculo, e as estimativas são revistas a cada exercício financeiro para determinar se há alguma indicação de que houve perda por redução de valor recuperável.

c. Receitas de venda de energia elétrica

A receita é mensurada e reconhecida com base no Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade quantidade de energia elétrica de acordo com os seguintes parâmetros:

(i) Reconhecimento da receita

O principal critério de reconhecimento e mensuração da receita do contrato de energia de reserva é estabelecido com base na quantidade de energia entregue no ponto de verificação acordado entre as partes e com os preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento. As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve:

- A identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente;
- A identificação da obrigação de desempenho presente no contrato;
- A determinação do preço para cada tipo de transação;
- A alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e
- O cumprimento das obrigações de desempenho do contrato, sejam em um determinado período no tempo, ou ao longo do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

(ii) Contrato com CCEE

Corresponde, se aplicável, ao pagamento associado aos desvios positivos de geração de energia considerando-se as faixas de tolerância. Os valores são apurados ao final de cada ano contratual pelo controle do saldo acumulado da conta de energia.

Receitas mensais recorrentes

A Companhia reconhece receita operacional mensalmente pela entrega da energia, no limite da quantidade de energia fixa contratada, conforme Contrato de Energia de Reserva (CER)

Receitas anuais variáveis

O Contrato de Energia de Reserva (CER) estabelece que sejam apuradas, ao final de cada ano contratual, as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. A parcela do saldo acumulado ao final de cada ano contratual que extrapolar os limites da faixa de tolerância confere direito à contraprestação de receita variável.

O reconhecimento da receita variável no resultado ocorre anualmente, após a apuração do saldo acumulado da energia gerada excedente, quando a Companhia entende cumprir com a obrigação de desempenho contratual.

d. Redução ao valor recuperável

A Companhia, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- (i) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A perda estimada com créditos de liquidação duvidosa de cliente é reconhecida quando, e na medida em que, a Administração considera que é pouco provável que o devedor pague suas obrigações de crédito à Companhia.
- (ii) Ativos não financeiros:** O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior valor entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo supere o valor recuperável estimado.

No exercício findo em 2022 a Companhia concluiu não haver indicativos de redução ao valor recuperável de seus ativos (financeiros e não financeiros).

e. Imposto de renda e contribuição social correntes

Imposto de renda corrente (IRPJ): Calculado com base na aplicação das alíquotas de 15% sobre o lucro presumido, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro presumido excedente de R\$ 240.000.

Contribuição social corrente (CSLL): Calculada com base na aplicação da alíquota de 9% sobre o lucro presumido.

f. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal que possa ser mensurada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para sua liquidação.

g. Receita e despesa financeira

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, estas são reconhecidas, em sua competência, no resultado do exercício por meio do método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem despesas com custo e juros sobre os empréstimos, IOF, despesas bancárias, multas contratuais, e juros sobre outras obrigações que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, mensurados no resultado através do método da taxa efetiva de juros.

5 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras pois não espera efeito significativo em suas operações.

Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26)

As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não pôde determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial. A Companhia está monitorando os desenvolvimentos futuros.

Devido esta norma estar sujeita à desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período de aplicação inicial.

A Companhia monitora os desenvolvimentos futuros.

Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32)

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componente do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado.

Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- CPC 50 Contratos de Seguros;
- Divulgação de políticas contábeis (Alterações ao CPC 26);
- Definição de estimativas contábeis (Alterações ao CPC 23).

6 Caixas e equivalentes de caixa

	2022	2021
Banco conta movimento	24.100	24.344
Aplicações financeiras (a)	<u>3.800.992</u>	<u>3.078.865</u>
	<u>3.825.092</u>	<u>3.103.209</u>

- (a) A conta corresponde a aplicações financeiras de resgate imediato, com baixo risco de mudança de valor e com prazo de vencimento inferior a 90 dias da data da aplicação e com a finalidade de atender às obrigações de curto prazo. A remuneração das aplicações é de, em média, 100% da CDI em 2022 e 2021.

7 Contas a receber de clientes

	2022	2021
Recebíveis de energia de reserva – Receita fixa (a)	1.583.163	1.594.221
Recebíveis de energia de reserva – Receita antecipadas (b)	<u>-</u>	<u>1.034.978</u>
	<u>1.583.163</u>	<u>2.629.199</u>

- (a) Se referem ao montante a receber decorrente da parcela mensal da receita recorrente descrita na nota 4c (ii).
- (b) Se referem às vendas antecipadas de energia gerada por Coremas I e comercializadas pela Rio Alto Comercializadora.

A abertura do saldo a receber, de 2022, por vencimento está demonstrada no quadro a seguir:

	Valor
A vencer em até 30 dias	<u>1.583.163</u>
Total a vencer	<u>1.583.163</u>

8 Outras contas a receber

	2022	2021
Prêmios de seguros (a)	142.041	117.640
Cartas Fiança (b)	1.158.815	-
Adiantamentos a fornecedores	397.990	-
Mútuo - Rio Alto Energia (c)	-	300.000
Mútuo – Coremas II (d)	-	447.434
	1.698.846	865.074

- (a) Prêmios de seguro: são despesas pagas antecipadamente referentes às apólices de seguros de risco operacional e responsabilidade civil necessários para operação da usina. Os valores são apropriados nas contas de despesa, mensalmente, em função do prazo de vigência das apólices.
- (b) Cartas Fiança: são despesas pagas referente a Carta Fiança FI187/17-TR02-C1 do Banco BTG em vigor até 30/05/2024.
- (c) Mútuo – Rio Alto Energia: Saldo originado de mútuo entre as partes para pagamento de fornecedores e gestão do fluxo de caixa.
- (d) Mútuo – Coremas II: saldo originado de contrato de mútuo entre as partes para pagamento de fornecedores e gestão do fluxo de caixa em 2022.

9 Imobilizado

	Máquinas e Equipamentos	Computadores e Periféricos	Total
Saldos em 31/12/2020	114.487.678	2.235	114.489.914
Aquisições	3.475.740	4.513	3.480.253
Depreciação (a)	(4.905.353)	(2.988)	(4.908.341)
Saldos em 31/12/2021	113.058.065	3.760	113.061.826
Aquisições	396.243	-	396.243
Depreciação (a)	(5.217.531)	(752)	(5.218.283)
Saldos em 31/12/2022	108.236.777	3.008	108.239.786

- (a) A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear de acordo com a vida útil estimada para cada unidade geradora. A vida útil para a Central Geradora (UFV) foi estimada por meio de laudo técnico de engenharia, e para o grupo de computadores e periféricos foi utilizada a estimativa de vida útil do bem. A depreciação dos ativos está limitada ao período de autorização, conforme nota explicativa 1.1. A taxa média anual de depreciação da central geradora e do grupo de computadores e periféricos foi de 4,28% a.a. e 20% a.a., respectivamente.

10 Intangível

	2022	2021
Direito de uso de terreno (a)	1.000.000	1.000.000
(-) Amortização	(201.389)	(168.056)
	798.611	831.944

- (a) A rubrica se refere ao valor integralmente pago á Rio Alto Energia Empreendimento e Participação LTDA (Parte relacionada) pelos direitos de usufruto de 30 anos do Sitio Escurinho em Coremas-PB, onde a Usina Fotovoltaica está implantada.

11 Empréstimos e financiamentos

	2022	2021
Banco do Nordeste (a)	76.772.304	80.898.650
(-) Custos de transação (b)	(8.021.451)	(10.888.497)
(-) Fundo de reserva (c)	(5.279.355)	(4.810.240)
	63.471.498	65.199.913
Circulante	3.959.740	3.183.703
Não circulante	59.511.758	62.016.210
	63.471.498	65.199.913

- (a) Se refere ao saldo a pagar do financiamento tomado do Banco do Nordeste para construção do Complexo Solar de Coremas I à taxa de juros 2,7382% a.a. + IPCA. A primeira parcela a pagar teve seu vencimento em 15/12/2020. O último pagamento de parcela de empréstimo (principal e juros) está contratualmente previsto para 15/11/2037. O fluxo de amortização está demonstrado a seguir:

2024	4.053.004
2025	4.322.607
2026	4.290.774
A partir de 2027	46.845.373
	59.511.758

- (b) Os valores alocados como custo de transação se referem às despesas incorridas com taxas de comissão, garantia e compromisso diretamente atribuíveis aos empréstimos tomados do Banco do Nordeste. Estes valores estão sendo amortizados de acordo com o prazo contratual da dívida.
- (c) O valor de fundo de reserva se refere à aplicação financeira cuja propriedade e posse direta foi cedida ao Banco do Nordeste em virtude do financiamento contratado. O saldo deste ativo representa no mínimo 5,41% do saldo devedor e pode, de acordo com as regras contratuais, ser realizado pelo proprietário fiduciário para amortização da dívida bancária.

A movimentação do saldo dos empréstimos está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	71.299.884
Despesas de juros incorporadas à dívida	10.341.922
Custos de transação do empréstimo	(3.039.589)
(-) Amortização custos de transação	620.380
(-) Juros pagos	(10.330.396)
(-) Amortização do principal da dívida	(3.550.278)
(-) Aumento do fundo de reserva (aplicação restrita)	(142.010)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	65.199.913
Despesas de juros incorporadas à dívida	6.955.739
(-) Amortização custos de transação	2.867.045
(-) Juros pagos	(7.698.069)
(-) Amortização do principal da dívida	(3.384.015)
(-) Aumento do fundo de reserva (aplicação restrita)	(469.115)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	63.471.498

O contrato de empréstimo possui cláusulas restritivas (covenants) qualitativas e quantitativas, as quais são acompanhadas anual e mensalmente, respectivamente, pela Companhia.

12 Fornecedores

	2022	2021
WEG (a)	12.827	1.701.157
Energy Trafo (b)	236.170	-
Outros fornecedores (c)	81.011	104.414
	<u>330.008</u>	<u>1.805.571</u>

(a) Corresponde ao principal fornecedor para construção do Complexo Solar de Coremas I;

(b) Fornecedor de serviços de manutenção dos transformadores da usina;

(c) Corresponde a outros prestadores de serviços relacionados às rotinas da usina.

13 Obrigações tributárias

	2022	2021
PIS e Cofins	59.186	56.454
ISS retido na fonte	159.439	355
INSS retido na fonte	855.811	21.724
Outras retenções	465	142
	<u>1.074.901</u>	<u>78.675</u>

14 Outras contas a pagar

	2022	2021
Rio Alto Participações (a)	-	328.306
Rio Alto Energia (a)	-	24.514
Ressarcimento a pagar CCEE (b)	97.582	630.081
Coremas II - Acordo operacional	47.539	91.036
	<u>145.121</u>	<u>1.073.937</u>
Circulante	145.121	721.117
Não circulante	-	352.820
	<u>145.121</u>	<u>1.073.937</u>

(a) Mútuos Rio Alto Participações e Rio Alto Energia:
Saldo a pagar em decorrência de mútuo entre as partes para pagamento de fornecedores e gestão do fluxo de caixa.

(b) Ressarcimento a pagar CCEE:
O saldo de outras contas a pagar, no montante de R\$ 97.582, se refere à 11 do total de 12 parcelas de reembolso devido pela Companhia em virtude de desvio negativo de energia apurado no fim do ano contratual em 2022. Conforme contrato de Energia de Reserva – CER (ver nota explicativa 1.2 e nota 3 (c)), os desvios são apurados pela diferença entre a quantidade de energia gerada e a quantidade de energia contratada. Em havendo desvio negativo de energia, no fechamento do balanço energético anual, a Companhia deve ressarcir o montante à CCEE.

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital estava dividido em 70.153.464 ações ordinárias, no valor de R\$ 1 (um Real), totalmente subscritas e integralizadas, no montante de R\$ 70.153.464, (R\$ 67.267.889 em 31 de dezembro de 2021) conforme demonstrado a seguir:

	2022	2021
FIP Coremas	70.153.463	67.267.888
Nordic Power Partners P/S	<u>1</u>	<u>1</u>
	<u>70.153.464</u>	<u>67.267.889</u>

	Nº Ações Ordinárias	%	R\$
FIP Coremas	70.153.463	100%	70.153.463
Nordic Power Partners P/S	<u>1</u>	<u>0%</u>	<u>1</u>
	<u>70.153.464</u>	<u>100%</u>	<u>70.153.464</u>

(i) Ações ordinárias

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

Emissão de ações ordinárias

Em 12 de agosto de 2022, os acionistas aprovaram, por meio de Assembleia Geral Extraordinária - AGE, aumento de capital social, no montante de R\$ 585.575,00, mediante a emissão de 585.575 de novas ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$1,00, totalmente subscritas pelo acionista Fundo de Investimento em Participações Conjunto Coremas – Multiestratégia (FIP Coremas), com a anuência da acionista Nordic Power Partners P/S. Em 15 de agosto de 2022, o acionista integralizou parcialmente o valor de R\$ 584.251,52 através de depósito bancário.

Em 25 de novembro de 2022, os acionistas novamente aprovaram, por meio de Assembleia Geral Extraordinária - AGE, aumento de capital social, no montante de R\$ 2.300.000,00, mediante a emissão de 2.300.000 de novas ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$1,00, totalmente subscritas pelo acionista Fundo de Investimento em Participações Conjunto Coremas – Multiestratégia (FIP Coremas), com a anuência da acionista Nordic Power Partners P/S.

Em 13 de dezembro de 2022, o acionista integralizou o valor de R\$ 2.300.000,00, juntamente com parcela do capital social anteriormente subscrito neste ano, no montante de R\$ 1.323,47 através de depósito bancário.

16 Receita operacional líquida

	2022	2021
Receita bruta da venda de energia	19.261.829	17.797.322
(-) Tributos sobre receita	(703.063)	(649.769)
	18.558.766	17.147.553

17 Natureza dos custos e despesas

	2022	2021
Tarifas de transmissão de energia (a)	(1.213.317)	(1.578.667)
Compra de energia (b)	(2.024.874)	-
Ressarcimento de energia (c)	-	(648.454)
Serviços prestados por terceiros	(1.522.335)	(1.891.911)
Depreciação e amortização	(5.251.616)	(4.941.673)
PECLD	(982.158)	-
Outras despesas	(490.985)	(83.341)
Outras receitas	2.780	4.565
	(11.482.505)	(9.139.481)
Custos operacionais	(8.489.807)	(7.168.794)
Despesas gerais e administrativas	(2.992.698)	(1.970.687)
	(11.482.505)	(9.139.481)

- (a) Referem-se às taxas relativas à transmissão de energia que são cobradas com relação à distribuição da energia.
- (b) Compra devido à produção menor do contratado com a CCEE.
- (c) Conforme apuração de ressarcimento à CCEE (nota explicativa 3c)

18 Resultado financeiro líquido

	2022	2021
Rendimento de aplicações financeiras	575.766	231.800
Outras receitas financeiras	190	1.608
Receitas financeiras	575.956	233.408
Juros de mora	(612.172)	(792.133)
Juros de empréstimos (a)	(6.955.739)	(10.341.922)
Despesas bancárias	(6.918)	(6.264)
Amortização custo de transação e carta fiança	(3.252.548)	(1.077.587)
IOF	(20.290)	(15.663)
Outras	(80.615)	(47.005)
Despesas financeiras	10.928.281	(12.280.574)
Resultado financeiro, líquido	(10.352.325)	(12.047.166)

- (a) Diminuição das despesas com juros em decorrência da queda do IPCA em 2022, que impactou os juros incidentes sobre o saldo devedor do financiamento com o Banco do Nordeste (nota explicativa 11).

19 Imposto de renda e contribuição social

A composição do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro estão demonstradas a seguir:

(i) Conciliação do lucro tributável

	2022	2021
Receita operacional tributável	18.558.766	17.797.322
Receita financeira tributável	575.956	236.365
Total da Receita Tributável	19.134.722	18.033.687
Apuração do lucro presumido para fins de IRPJ		
Alíquota de presunção sobre receita operacional	8%	8%
Alíquota de presunção sobre receita financeira	100%	100%
Lucro presumido para fins de IRPJ apurado	2.060.657	1.660.151
Apuração do lucro presumido para fins de CSLL		
Alíquota de presunção sobre receita operacional	12%	12%
Alíquota de presunção sobre receita financeira	100%	100%
Lucro presumido para fins de CSLL apurado	2.803.008	2.372.044

(ii) Apuração do valor devido de IRPJ e CSLL

	2022	2021
IRPJ Devido (alíquota 15%)	309.099	249.023
Adicional de IRPJ devido (alíquota 10%)	182.066	142.015
Total de IRPJ devido	491.165	391.038
CSLL devida (alíquota 9%)	252.271	213.484
Total de CSLL devida	252.271	213.484
IRPJ corrente devido	491.164	391.038
CSLL corrente devido	252.271	213.484
Complemento devido	21.662	-
Total de imposto de renda e contribuição social	765.097	604.522

20 Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas se referem aos valores movimentados entre empresas do grupo para pagamento de fornecedores e manutenção do fluxo de caixa. A composição da movimentação destes valores está demonstrada na tabela a seguir:

	2022	2021
Ativo circulante		
Coremas II Geração de Energia SPE S.A. (nota 8)	-	447.434
	-	447.434
Ativo não circulante		
Rio Alto Energia (nota 8)	-	300.000
Rio Alto Comercializadora (nota 7)	-	1.034.978
	-	1.334.978
Passivos circulante		
Coremas II Geração de Energia SPE S.A. (nota 14)	47.539	91.036
	47.539	91.036

Passivos não circulantes		
Rio Alto Participações (nota 14)	-	328.306
Rio Alto Energia (nota 14)	-	24.514
	<u>-</u>	<u>352.820</u>

A remuneração aos diretores, por seus serviços, representada por salários e outros benefícios de curto prazo nos exercícios de 2022 e 2021, foi realizada pelos sócios controladores.

21 Compromissos futuros

A seguir estão divulgados os principais compromissos da Companhia para os anos subsequentes.

	2023	2024	2025	2026	2027 a 2037
CUST (a)	1.153.106	1.187.699	1.223.330	1.260.030	16.186.306
Manutenção (b)	698.446	698.448	719.401	740.983	9.775.076
Seguros (c)	280.008	308.009	338.810	372.691	7.597.033
Total	<u>2.131.560</u>	<u>2.194.156</u>	<u>2.281.541</u>	<u>2.373.704</u>	<u>33.558.415</u>

a. Encargos devidos ao uso do sistema de transmissão (CUST)

Durante toda a operação dos projetos a Companhia irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso de sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) para empreendimentos contados na rede de transmissão.

b. Contratos de operação de manutenção

A Companhia possui contrato de longo prazo com fornecedor para manutenção das usinas fotovoltaicas.

c. Seguros

A Companhia mantém contratação de seguros que proporcionam cobertura para eventuais riscos operacionais, de responsabilidade civil e de perda e/ou deterioração dos ativos. A Administração considera que os valores segurados são suficientes para proteção de todos os ativos e compromissos e valores relevantes de alto nível de risco.

22 Provisões para perdas em processos administrativos e judiciais

A Companhia não foi parte em processos administrativos e judiciais oriundos do curso normal de suas operações. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos externos, a Administração não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão de contingência no passivo ou de divulgação em nota explicativa, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

23 Instrumentos financeiros

A Companhia possui operações com instrumentos financeiros, de acordo com as políticas contábeis descritas na nota explicativa 4(a). O gerenciamento dos instrumentos financeiros ocorre por meio do acompanhamento da variação das taxas de juros e indexadores de empréstimos, da avaliação do risco de crédito de seus ativos, do monitoramento das cláusulas de covenants e da projeção do fluxo de caixa para os próximos exercícios financeiros.

a. Classificação dos Instrumentos Financeiros

	Valor Justo por Meio do Resultado		Custo Amortizado	
	2022	2021	2022	2021
Ativos				
Caixa e conta corrente	-	-	24.100	24.344
Aplicações financeiras	3.800.992	3.078.865	-	-
Contas a receber	-	-	1.583.163	2.629.199
Outras contas a receber	-	-	1.698.846	865.074
Passivos				
Fornecedores	-	-	330.008	1.805.571
Outras contas a pagar	-	-	145.121	1.073.937
Empréstimos e financiamentos	-	-	63.471.498	65.199.913

b. Valor justo dos instrumentos financeiros

	Nível (*)	2022		2021	
		Valor Contábil	Valor justo (i)	Valor Contábil	Valor justo (i)
Ativos					
Caixa e conta corrente	Nível 2	24.100	24.100	24.344	24.344
Aplicações financeiras	Nível 2	3.800.992	3.800.992	3.078.865	3.078.865
Contas a receber	Nível 2	1.583.163	1.583.163	2.629.199	2.629.199
Outros recebíveis	Nível 2	1.698.846	1.698.846	865.074	865.074
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	330.008	330.008	1.805.571	1.805.571
Outras contas a pagar	Nível 2	145.121	145.121	1.073.937	1.073.937
Empréstimos	Nível 2	63.471.498	63.471.498	65.199.913	65.199.913

(i) A Administração da Companhia entende que o valor de mercado de seus financiamentos é similar ao valor contábil.

(*) A Companhia segue a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível 1** – Preços cotados nos mercados para ativos e passivos idênticos
- **Nível 2** – Outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- **Nível 3** – Técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

c. Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites:

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito. Em 2022, a Administração avaliou não necessário o

reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros e de contratos.

Contas a receber

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais do cliente. A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas esperadas com relação às contas a receber de clientes. As estimativas são calculadas com base no registro histórico de descumprimento contratual e/ou inadimplências. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia avaliou não necessário o reconhecimento de uma provisão para redução ao valor recuperável.

Aplicações financeiras

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em aplicações financeiras que tenham um mercado líquido.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, se causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a sua reputação.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais:

	Valor Contábil	Até 2023	Até 2024	Entre 2025 e 2026	A partir de 2027
Fornecedores	330.008	330.008	-	-	-
	63.471.498	3.959.740	4.053.004	8.613.381	46.845.372
Empréstimo BNB					
Outras contas a pagar	145.121	145.121	-	-	-
	63.946.627	4.434.869	4.053.004	8.613.381	46.845.372

(iii) Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Análise de Sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus Instrumentos Financeiros com o objetivo de mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado para preparação destas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco detectado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas.

	Cenário Realizado	Cenário Provável	Sensibilidade		
	31/12/2022	31/12/2023	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Variação das taxas de juros e índices					
Risco de aumento do taxas de juros e IPCA	5,79%	8,00%	2,21%	2,76%	3,32%
Risco de redução das taxas de juros e CDI	13,75%	15,00%	1,25%	1,56%	1,88%
				Sensibilidade	
Risco de variação do passivo	Índice	Saldos em 31/12/2022	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Empréstimos e financiamentos	IPCA	<u>63.471.498</u>	<u>1.402.720</u>	<u>1.753.400</u>	<u>2.104.080</u>
Total		<u>63.471.498</u>	<u>1.402.720</u>	<u>1.753.400</u>	<u>2.104.080</u>
Risco de variação do ativo					
Aplicações financeiras e fundos vinculados	CDI	3.800.992	47.512	59.390	71.269
Fundo de reserva vinculado ao empréstimo	CDI	<u>7.486.725</u>	<u>93.584</u>	<u>116.980</u>	<u>140.376</u>
Total		<u>11.287.717</u>	<u>141.096</u>	<u>176.371</u>	<u>211.645</u>